

MARCELO PEREIRA LIMA E OS ESTUDOS MEDIEVAIS NA BAHIA

MARCELO PEREIRA LIMA AND THE MEDIEVAL STUDIES IN BAHIA

Bruno Casseb Pessoti¹ 0000-0002-6905-0570

¹ Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras - Brasil, Brasil -
casseb.pessoti@ufob.edu.br

Apresentação

Marcelo Pereira Lima começou sua trajetória docente em 2001, na educação básica do estado do Rio de Janeiro, onde trabalhou durante dez anos. Graduado e mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez o doutorado na Universidade Federal Fluminense. Em 2011, ingressou no Departamento de História da Universidade Federal da Bahia, onde é professor de História Medieval. Desde então, Marcelo tem promovido diversas atividades nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos estudos medievais na Bahia. Essas ações contemplam uma gama variada de objetos que se ligam às neomedievalidades e à História e historiografia medieval. Em 2016, ele participou da criação do LETHAM-UFBA (Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medieval), espaço que congrega professores e estudantes de diferentes áreas e que tem ajudado a promover e consolidar as pesquisas relacionadas à Antiguidade e à Idade Média na Bahia. Nessa entrevista, Marcelo nos falou um pouco sobre sua trajetória, sobre o desenvolvimento das pesquisas medievais no nosso estado e também sobre sua gestão como presidente da Seção-Ba da ANPUH, no biênio 2022-2024.

Bruno Casseb Pessoti: *Marcelo, que satisfação fazer essa entrevista com você. Além de colega, para mim, você é uma referência, pela erudição, pelos projetos que encabeça, pelas publicações, pelos eventos que ajuda a organizar, pela capacidade que você tem de agregar as/os pesquisadoras(es) do medieval e de promover a pesquisa sobre temáticas ligadas à Idade Média. Ótimo poder conversar com você. Antes de tudo, gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória. Como foi a aproximação com os estudos medievais durante a graduação e como isso se desdobrou nas pesquisas que deram origem aos seus trabalhos de pós-graduação?*

Marcelo Lima: Obrigado, Bruno, pelas gentis palavras. Fiquei muito honrado e lisonjeado pelo convite, porque, como o trabalho acadêmico toma bastante o cotidiano, por vezes, sobra-nos pouco tempo para falar mais livremente sobre nossa trajetória. Considero que isso é um exercício muito reconfortante e desafiador ao mesmo tempo. É algo que me traz um certo conforto, porque é uma bela oportunidade de restituir um certo vigor ou recuperar a energia no trabalho acadêmico. Falar de si é algo difícil, fazer uma espécie de egohistória ou, mais precisamente, de História de si, é um exercício que proporciona um prazer de pensar-se nos seus limites e possibilidades do próprio trabalho para lidar com passado, presente e futuro. Mas é também desafiador em razão da própria possibilidade de (re)construir minha trajetória por meio da (re)elaboração de memória historiográfica. Sem dúvida, trata-se de um movimento de seleção e exclusão que nos permite colocar no centro da narrativa determinados aspectos que se julga relevantes. Talvez, por influência da História Oral e dos Estudos sobre as relações entre História e Memória, estamos habituados a pensar criticamente como as pessoas, lugares, espaços, eventos, circunstâncias e temporalidades, entre outras dimensões humanas, são convencionalmente apropriadas e ressignificadas por narrativas documentais de todo tipo. Contudo, pouco nos damos conta de um aspecto central: somos parte desse processo consciente ou inconscientemente. Ou seja, professoras(es) e historiadoras(es) igualmente lidam e são impactados pela forma como a memória historiográfica é (re)construída com as presenças e ausências de enunciados, com escolhas e silêncios. Portanto, aqui, gostaria de ressaltar quatro momentos que considero centrais na minha formação e que, mesmo com muitas mudanças, marcaram minhas análises temáticas, teórico-conceituais, metodológicas e historiográficas. Ingressei no curso de História no segundo semestre de 1993. Na graduação, antes de iniciar meus estudos sobre a medievalística, dedicava-me a estudar as relações entre o liberalismo clássico e suas adaptações no Brasil nos jornais das décadas de 1830 e 1840. Fui bolsista PIBIC com o projeto intitulado “*Militares e o Liberalismo da década de 1830: uma posição ambígua*”. Lembro-me de ter apresentado meu primeiro trabalho publicamente na “XVIII jornada Interna de Iniciação Científica” e “VII Jornada Interna de Iniciação Artística e Cultural”, e era uma pesquisa orientada à época pela professora Lilian Salomão, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Era o ano de 1996. Contudo, revendo meu Histórico Escolar para escrever esta entrevista (coisa de historiador!), recordei-me de que fiquei interessado no medievo um pouco antes, exatamente a partir do segundo semestre de 1994, período que fiz História da Idade Média I e uma disciplina eletiva sobre Reinos Bárbaros, ambas com a professora Leila Rodrigues. A partir dali, além das disciplinas obrigatórias, inscrevi-me em disciplinas dedicadas à Idade Média (Tópicos Especiais em História Antiga e Medieval II, III e IV, A Formação das Monarquias Medievais, Igreja na Idade Média), além dos Laboratórios I, II, III e IV no âmbito do Programa de Estudos Medievais (PEM-UFRJ). Muitas dessas disciplinas eram ministradas pela professora Andreia Cristina Lopes Frazão da Silva que se tornou minha orientadora até o mestrado e hoje é uma grande amiga e parceira de trabalho. Em grande medida, devo a ela, à Leila e ao PEM-UFRJ a minha formação básica no campo, já que, do ponto de vista acadêmico, das sociabilidades e da criação de identidade de grupo, foi ali que pude combinar minhas preocupações entre ensino, pesquisa e extensão. Aliás, muita extensão! O PEM fazia e ainda é uma referência nas atividades de extensão universitária que nos inspira. Terminei interessando-me por

textos normativos, especialmente os Concílios de Latrão I, II, III e IV, algo que resultou na monografia intitulada “*Reforma Papal: uma discussão acerca do projeto de hegemonia de Roma nos cânones ecumênicos de Latrão*”. A temática central girava sobre as representações do celibato nos textos conciliares. Já no mestrado, continuei trabalhando os textos normativos pontifícios, mas, com sede de inovar relativamente, resolvi pouco a pouco trabalhar com as decretais papais, a bulas pontifícias, por assim dizer. Diante disso, um desafio se impunha: como acessar essas fontes, já que muitas delas estavam em volumes de difícil acesso. As decretais estavam inseridas na coleção da Patrologia Latina, de Jacques-Paul Migne. Lembro-me que cheguei a me preparar para ir à uma biblioteca em Petrópolis, algo interrompido, porque no dia planejado ocorreu a queda das duas Torres Gêmeas em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001. Em compensação, com o início da expansão da Internet, acabei encontrando um site europeu que continha todos os textos dessa coletânea, algo que acabei tendo acesso gratuitamente. Encontrei um número de cartas relacionadas diretamente ao tema das sexualidades e do casamento, sendo possível identificar uma listagem de 77 decretais elaboradas em quase todos os anos do pontificado de Inocêncio III (1198-1216). Isso resultou em uma dissertação intitulada “*A Igreja Papal e o Casamento: as decretais do governo de Inocêncio III*”, defendida em dezembro de 2001. Um pouco antes disso, em 2000, como não sabia latim e precisava ler diversos textos em italiano e outras línguas, acabei, estrategicamente, pedindo reingresso para a graduação em Português-Italiano. Não terminei esse curso, mas as disciplinas de línguas e teoria literária marcaram profundamente minha dissertação, mas também a memória e a preocupação interdisciplinar até hoje. No doutorado, orientado pelo professor Mário Jorge da Motta Bastos, na Universidade Federal Fluminense, houve uma mudança significativa. Continuei interessado no campo da História das Sexualidades e suas transgressões em termos legislativos. Todavia, no lugar da Itália Medieval, migrei para o mundo ibero-hispânico medieval. Em substituição aos documentos normativos e eclesiásticos, passei a dedicar-me aos textos monárquicos, embora igualmente jurídicos. Em vez de uma História sociocultural das representações do celibato e do casamento, adotei as perspectivas dos Estudos de Gênero. A pesquisa resultou na tese “*O gênero do adultério no discurso jurídico do governo de Afonso X (1252-1284)*”. Na verdade, meu interesse pelo gênero, tanto como perspectiva quanto fenômeno histórico, tem um marco fundador ligado às orientações feitas pela Andreia Frazão às pesquisas desenvolvidas na graduação e mestrado por uma amiga chamada Valéria Fernandes da Silva, hoje, professora do Colégio Militar em Brasília, sendo uma historiadora feminista que foi orientanda no doutorado pela professora Tania Navarro Swain. Acompanhando parcela das discussões e do trabalho da Valéria e da Andreia, pude despertar minha curiosidade e logo percebi de que se tratava de um campo a ser explorado no Brasil, já que havia poucos trabalhos que combinavam a História Medieval e os Estudos de Gênero e áreas afins. Nos últimos anos, seguindo essa vereda historiográfica, tenho me dedicado a quatro projetos. Dois deles são projetos coletivos, envolvendo discentes da graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado) e egressos, intitulados a) “*Estudos de Gênero, História Comparada e Transmissão Textual em períodos não-modernos*”, b) “*A Idade Média em múltiplos suportes historiográficos e documentais: (re)pensando a aplicação dos Estudos Feministas, da História Social das Mulheres, da História das Masculinidades e dos*

Estudos de Gênero para períodos não-modernos”. Os outros dois intitulam-se “*Gênero, instituições e relações de poder: codificações e processos jurídicos sobre as relações conjugais na Península Ibérica Medieval, séculos XV ao XVI*” e “*Gêneros, sexualidades e instituições jurídicas: problematizando as formas de violência nas ejecutorias na Castela dos séculos XV e XVI*”. Esses dois últimos projetos têm sido desenvolvidos no âmbito das atividades pós-doutorais respectivamente na Universidade de Salamanca (2015-2016) e na Universidade da Cantábria (2021-2022). Por fim, gostaria de terminar essa seção, ressaltando minha experiência na educação básica. Antes de ingressar na UFBA em 2011, fui professor de duas escolas públicas em Angra dos Reis (2001-2011) e no Rio de Janeiro (2002-2011), e fui professor substituto em História Medieval do Departamento de História da UFRJ (2005-2006). Considero que a experiência nessas instituições revelava os compassos e descompassos, aproximações e distanciamentos, convergências e divergências, semelhanças e diferenças entre a universidade e a escola, entre a historiografia acadêmica e a historiografia didática, entre o chão da universidade e o chão das escolas. Vendo retrospectivamente, confesso que tenho a memória de que vivia os amores e desamores de pertencer a dois âmbitos distintos. O que me parecia reconfortante, pois tinha possibilidade de tráfegar nesses dois mundos. Então, por lado, essa dimensão híbrida da minha formação na graduação e pós-graduação, permitiu-me ficar atualizado sobre o que se discutia em termos temáticos, historiográficos e teórico-metodológicos na academia, mas, por outro, também gerava o desafio de escolher conteúdos significativos e adaptados para a lógica do ensino-aprendizagem no âmbito do ensino básico. Ou seja, ao mesmo tempo que me empenhava em formar futuras(os) professoras(es) e pesquisadoras(es), futuras(os) colegas de trabalho, por assim dizer, dedicava-me a contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs que pudessem (re)aprender a ler e a pensar crítica e historicamente o mundo ao seu redor e os mais ou menos remotos, como o medievo.

Bruno Casseb Pessoti: *Quais foram as suas principais referências intelectuais - nacionais e internacionais - e como elas influenciaram sua formação como medievalista? Além disso, como você é uma referência nacional quando se considera as questões que envolvem as interfaces entre o conceito de gênero e Idade Média, poderia falar sobre sua atuação nessa área?*

Marcelo Lima: Não sei se posso me considerar uma referência nacional sobre as questões que envolvem as interfaces entre o conceito de gênero e Idade Média. Pelo menos não me vejo assim, mas agradeço as palavras gentis e generosas para representar essa dimensão importante da minha formação. Embora seja difícil responder essa pergunta de forma completa, porque a cada ano e semestre, a cada pesquisa ou aula, a cada texto lido e escrito, há uma constelação de autorias, áreas, campos e domínios historiográficos e interdisciplinares que marcaram minha trajetória acadêmica como professor e pesquisador. Assim, considero que é possível reconstituir retrospectivamente algumas referências intelectuais fugidias que marcaram minha trajetória acadêmica e docente, mas isso, obviamente, parte de uma escolha pessoal e circunscrita a uma certa projeção do que tomo hoje como central. Pensando na graduação e no mestrado, minha formação esteve muito sinalada pelas críticas aos determinismos economicistas de algumas tendências marxianas e marxistas, que não tinham assimilado as atualizações internas a essa corrente.

Até certo ponto, esses aspectos estiveram enredados pelos debates historiográficos, teórico-conceituais e epistemológicos entre as correntes estruturalistas e pós-estruturalistas, em especial as enredadas pela *anthropological turn* e pela *linguistic turn*. As discussões sobre verdade e realidade históricas, sujeitos dos conhecimentos, a diversidade de temas e sujeitos históricos, os diálogos com outras disciplinas, os problemas das múltiplas temporalidades e a variedade de métodos, a redefinição do que é poder, entre outras questões, inflaram as minhas preocupações à época. Por essa razão, essas críticas giraram em torno dos conceitos de representação, imaginário e mentalidades. Interessava-me as teorias da interpretação, as discussões complexas sobre os lugares da cultura e dos aspectos simbólicos, narrativos e discursivos dos textos normativos ou não. Por um lado, incorporava os questionamentos sobre a tradicional História das Mentalidades e sua tendência interpretativa de homogeneizar e descontextualizar os aspectos culturais, algo pouco sensível às dinâmicas sociológicas e históricas. Por outro lado, procurava (re)pensar os limites e possibilidades do conceito de representações, sem cair em culturalismos ou realismos acrílicos. Não sei ao certo se fui bem-sucedido. Mas, de todas as formas, entre as numerosas autorias que me interessaram e impactaram meus trabalhos, e que estão localizadas em espectros teóricos e epistemológicos muito distintos, posso citar Julio Aróstegui, Bronislaw Baczko, Pierre Bourdieu, Peter Burke, Roy Porter, Cornelius Castoriadis, Roger Chartier, Robert Darnton, Teun A. van Dijk, Mircea Eliade, Michel Foucault, Michel de Certeau, Clifford James Geertz, Carlo Ginzburg, Hayden White, Georges Gurvitch, Dominick LaCapra, Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, Régine Robin, Ciro Flamarion Cardoso, Antonio Jardim, Eni P. Orlandi, Elias Thome Saliba, Zélia Lopes da Silva, Dirce Côrtes Riedel, Marta Maria Chagas de Carvalho, João Adolfo Hansen, Roberto Corrêa dos Santos, entre muitas outras referências. De fato, a lista é grande, porém, como se pode perceber, tentava conciliar o campo da História sociocultural das representações com a História das instituições (Religião, Direito Canônico, Igreja Papal, Monarquia etc.), confrontando as perspectivas desses autores e autoras entre si de modo a reconsiderar repetidas vezes as abordagens historiográficas. Alguns dessas autorias me marcaram tanto que, ainda hoje, as cito quando tenho oportunidade, não por comodidade ou cacofonia epistêmica. Por exemplo, é o caso do professor Antônio Jardim sobre o conceito de realidade. Ao memos desde o mestrado, ainda considero relevante quando ele disse que a realidade se “compõe do realizado, é verdade, mas se compõe também do irrealizado, e muitas vezes, mesmo do irrealizável” (JARDIM, A. p.17-18), ou seja, das diversas formas de vigência e performance das pessoas no mundo. Isso já me fazia complexificar alguns binarismos entre teoria e prática, entre realidade e ficção, entre facticidade e narratividade, entre outros aspectos dimórficos e que projetamos acriticamente sobre outras temporalidades. Em termos mais historiográficos, foram marcantes a produção ligada à História do Direito Canônico, a História da Igreja Cristã e do Papado, a História da(s) Sexualidades, a História do Corpo, a História da Família e do Casamento etc. Muitas autorias não estavam vinculadas ao campo da História, embora, sem dúvida, dialogavam com ela. A lista é igualmente grande, e somente a título de ilustração, ressaltaria Brenda Bolton, Yves Marie Congar, Eamon Duffy, Peter Linehan, Ken Pennington, Jane E. Sayers, André Vauchez e Andreia Cristina Lopes Frazão da Silva (sobre a História da Igreja Cristã e do Papado), Diego Leite de Campos e Jean Gaudemet (sobre o Direito

Canônico), Jack Good, James Casey, George Duby, Howard Bloch, Marta Silveira, Marilyn Stone, José Rivair Macedo, Christopher Brooke, Athalya Brenner, Peter Brown, André Burguière, Jacques Dalarun, Mário Pilosu, Jeffrey Richards e José Carlos Rodrigues (sobre a História do Corpo, a História das Sexualidades e a História do Casamento), etc. Algumas dessas autorias não foram abandonadas no passado da minha formação, embora hoje as veja de forma muito mais crítica, extraindo delas outras possibilidades de análise. Por fim, há um conjunto bibliográfico que tem relação com o que tenho chamado de História Institucional de Gênero (HIG), uma preocupação detectável desde o período de desenvolvimento da tese de doutorado, passando pelos dois pós-doutorados, até chegar recentemente aos estudos decoloniais e descoloniais aplicados à Idade Média. Neste caso, interessa-me as múltiplas, heterogêneas e complexas maneiras como a d(en)ominação institucional (ou seja, as relações de poder e os processos de significação) foi constituída pelas diretrizes de gênero ou como estas foram constituídas por aquela. Em se tratando das instituições monárquicas castelhano-leonesas de meados dos séculos XIII, a HIG tem como prioridade o estudo das maneiras pelas quais as instituições sociopolíticas “genderizam” a d(en)ominação assumida por ou atribuída a pessoas, grupos, seguimentos de grupos ou outras instituições, (des)articulando-as de forma móvel, transversal e eventual aos diversos aspectos prático-discursivos, socioeconômicos, demográficos, culturais, éticos, morais, religiosos, étnico-raciais etc. Essa proposta tem tido a vantagem descritiva, heurística e analítica de enfatizar as relações entre Gênero e Direito sem domesticá-las do ponto de vista propriamente histórico e historiográfico. Apesar das controvérsias sobre como atua o gênero nas esferas das identidades, dos símbolos, das normas e da organização social, são as experiências discursivas e os discursos experimentados sobre as instituições sociais, políticas e jurídicas que tem me interessado. Tudo isso fez com que incorporasse as críticas e autocríticas dos campos dos Estudos Feministas, da História Social das Mulheres, da História das Masculinidades, dos Estudos Queers e dos Estudos de Gênero de modo a repensar o medieval em termos descritivos, heurísticos, analíticos e paradigmáticos, contrapondo-o com outras temporalidades, sem deixar de discutir os campos da História Pública e da História Global para períodos não modernos. Então, o gênero como fenômeno histórico e como cosmopercepção, fizeram-me ler e reler crítica e comparativamente autoras que questionavam a identificação dessa categoria à mulher (no singular), às mulheres (no plural), aos femininos e às feminilidades, assim como repensar as relatividades, as relacionalidades, complexidades e historicidades correlatas ao que chamamos de homem (singular), homens (plural), masculinos e masculinidades. Por isso, tornaram-se centrais autorias tais como Joan W. Scott, Louise A. Tilly, Eleni Varikas, Lia Zanotta Machado, Guacira Lopes Louro, Joana Pedro, Raquel Soihet, Heleieth Saffioti, Suely S. Almeida, Margareth Rago, Sandra Harding, Judith Butler, Verena Stolcke, Thomas Laqueur e as autoras transexuais Raewyn Connell, Fran Demétrio e Letícia Carolina Pereira do Nascimento. Mas recentemente, tenho incorporado autoras que questionam as epistemologias eurocêntricas e etnocêntricas que me fazem problematizar ainda mais uma Europa Medieval homogeneamente ocidental, branca, elitista e viril. No campo propriamente da medievalística tenho me dedicado a discutir as diversas transgressões sexuais em Castela na Baixa Idade Média (adultério, bigamia, amancebamento, *barragania*, concubinato, violação e sodomia). Parto do pressuposto de

que tais temas são reveladores dos níveis de conflitualidades social, cultural, política e institucional dado seu caráter potencialmente desarticulador da ordem social, política, jurídica e religioso-teológica. Ou seja, as sexualidades são abordadas como fenômenos com historicidade complexa e dinâmica, portanto, não naturais, embora naturalizadas, e as analiso como modalidades de discursos sobre violência que recaíam sobre a prática sexual entre homens e mulheres. Neste caso, autorias com Ricardo Cordoba de la Llave, Rafael Mérida Jiménez, Eukene Lacarra Lanz, Mark Jordan e Jean Dangler tem sido referências centrais. Por fim, mas não menos importante, em função do impacto das discussões sobre as relações entre História Global e da História Pública, e ainda no medievalismo historiográfico, tenho recentemente desenvolvido uma reflexão sobre as conexões entre África, Ásia e Europa “medievais” que tem impactado mais as minhas aulas do que minhas produções escritas, apesar de vislumbrar escrever mais e melhor sobre uma história medieval afroeuroasiática conectada e articulada com os Estudos de Gênero. Com a última reforma curricular, aprovada em 2023, no âmbito do Departamento de História, criei uma disciplina intitulada *Gênero, História Global e Idade Média: (des)conexões afroeuroasiáticas, séculos XIII-XVI*, que espero oferecer nos próximos semestres. Inclusive, a produção gerada pelo Laboratório Outros Medievos (LEON-UFPE), coordenado pelo professor Bruno Uchoa, e a bibliografia ligada às abordagens anticolonialistas, decoloniais e/ou descoloniais, como Aimé Cesaire, Franz Fanon, María Lugones, José Rivair Macedo, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hills Collins, Sirma Bilge e Carla Akotorine e Oyèrónkẹ Oyěwùmí têm servido de parâmetro central para repensar essas questões. Muitas dessas autorias têm sido incorporadas às minhas reflexões em razão das exigências de acompanhar meus orientandos e orientandas situados dentro ou não dos Estudos Medievais, embora todas(os) estejam direta ou indiretamente pensando sobre os limites e possibilidades do gênero como categoria de análise histórica e historiográfica, em especial aqueles e aquelas que trabalham com as diversas convergências e divergências de formas interseccionais de criação, manutenção, legitimação e contestação de opressões, discriminações e subordinações sociais. Todas essas autorias têm servido para transformar o exótico em familiar, e o familiar em exótico, no que tange ao Estudos Medievais, à História das Instituições, a História das Sexualidades e a História do Direito.

Bruno Casseb Pessoti: *Marcelo, sua formação intelectual aconteceu no Rio de Janeiro, eu gostaria que você falasse como foi sua chegada na UFBA e que você fizesse um paralelo entre o estágio em que se encontravam as pesquisas sobre a Idade Média naquele momento e como elas se encontram atualmente no nosso estado.*

Marcelo Lima: Sobre a primeira parte da pergunta, de fato, como ressaltei na seção anterior, sou devedor dessa formação precedente no Rio de Janeiro. Contudo, esse passado não foi a única matriz dinâmica da minha formação intelectual, porque ela ocorreu e ainda acontece *no, através e a partir* do presente. Portanto, quando ingressei no Departamento de História da UFBA trouxe muito do que tinha aprendido, mas também assimilei novas práticas e saberes historiográficos e pedagógicos. Em 2011, encontrei uma realidade pouco sensível aos Estudos Medievais, salvo o que estava sendo feito pela professora doutora Edilece Souza Couto, que, além de lecionar História Medieval I e II, combinava essas áreas com a História das Religiões. Contudo, a UFBA possuía outros

grupos que desenvolvia pesquisas, ensino e extensão na área do medievalismo na Faculdade de Letras, confirmando a hipótese de que os estudos linguísticos, literários e filológicos precederam os estudos historiográficos no Brasil até as décadas de 80 e 90 do século XX. Em parte, isso corria na UFBA, embora com uma dinâmica temporal distinta do que ocorria nas regiões sul e sudeste. Diante dessa falta de tradição consolidada no campo dos estudos medievais, passei, então, a estimular as atividades de pesquisa, o ensino e a extensão universitárias em duas alas acadêmicas. A primeira se referia às temáticas associadas ao que chamo de (neo)medievalidades, ou seja, um conjunto disperso e heterogêneo de noções, valores, ideias, representações, imagens, saberes, discursos, atividades, ações, experiências, performances, entre outros fatores, sobre a Idade Média. Ou melhor, são usos e (des)apropriações extemporâneas à Idade Média, sem a preocupação central de analisá-la como ela foi ou deve ter sido, mas que se manifestam em discursos e suportes multimidiáticos como filmes, séries de TV, vídeos, textos literários (romances, poesias, cordéis), iconografias, jogos eletrônicos, RPGs, brinquedos, roupas, feiras comerciais, performances teatrais, músicas, paródias, capas de discos, DVDs, *gifs*, memes, *hashtags*, entre muitos outros. Muitos desses fenômenos acompanham o processo em curso de intensa interconectividade e fecundidade das redes sociais contemporâneas (Instagram, Facebook, Twitter, You Tube etc.), constituindo-se veículos de posicionamentos políticos, ideológicos e culturais. A segunda tem relação com o desenvolvimento de pesquisas, ensino e extensão com a historiografia e documentos propriamente medievais. Neste caso, além das documentações literárias, imagéticas e normativas, há discentes que se dedicam a estudar o conjunto heterogêneo e historicamente (re)constituído de práticas discursivas produzidas pela historiografia institucionalizada, oficial, oficializada e legitimada pela academia, que, seguindo múltiplos e complexos aportes teórico-metodológicos e epistemológicos (sem deixar de lado a interdisciplinaridade), procuram identificar, caracterizar, analisar, interpretar e/ou explicar a Idade Média em seus próprios termos. O objetivo é compreendê-la em determinados contextos históricos. Dialogando entre si, essas duas alas têm servido para captar ou canalizar os desejos de investigação e formação de novas(os) pesquisadoras(es) professoras(es) no âmbito do medievalismo historiográfico. Assim, tenho estudantes que trabalham as peregrinações à Santiago de Compostela, as masculinidades irlandesas medievais, as representações do feminino em texto judaicos, as masculinidades cavaleirescas, os movimentos sociais e político-religiosos na Itália do século XV e a questão do homicídio, das sexualidades e da feitiçaria em textos jurídicos castelhanos medievais. Contudo, tem ocorrido um fenômeno curioso, sobretudo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFBA). Desde o meu ingresso nele, tenho acolhido estudantes que trabalham diversos temas fora do universo do medievo, tais como o delito de solicitação clerical, bigamia e a feitiçaria feminina no Brasil-Colônia, a prostituição em Feira de Santana nas décadas de 40-60, a criminalização de homens negros em Salvador entre as décadas de 30-50, os movimentos sociais feministas e/ou homossexuais no período da Ditadura Civil-Militar, discursos literários nas décadas de 60 e 70 etc. Todas as pesquisas têm alguma relação com o campo da História Social das Mulheres, dos Estudos Feministas, da História das Masculinidades, dos Estudos Queer e dos Estudos de Gênero. O que me parecia inicialmente um desvio, tornou-se uma oportunidade de ouro para ler e estudar uma bibliografia com um valor heurístico

significativo, permitindo rever, inclusive, as comparações complexas com o medievo: estudando outros presentes, passei a entender melhor os passados. É algo semelhante ao que defende o professor André Miatello, quando diz que o “papel de intermediário entre dois tempos dotado de um significado de época imediata confere ao tema da História Medieval um valor heurístico explícito na medida em que proporciona a integração de conhecimentos históricos relativos à História Moderna, à colonização do continente americano. e para a formação do Brasil” (MIATELLO, 2017). Além do diálogo entre a historiografia contemporânea e a medievalística, é fundamental ressaltar a importância da expansão das universidades federais, a capilaridade precedente das universidades estaduais e dos programas de pós-graduação, em especial a experiência do Profhistória, que acolhem temáticas de ensino de História Medieval. Além disso, a relativa manutenção dos programas institucionais, como o PIBIC, tem estimulado os interesses de discentes em pesquisar o campo dos estudos medievais. Mas há também sinais de que tal campo tem se expandido. Mas discentes do mestrado e doutorado tem se interessado em continuar seus estudos, apesar das limitações persistentes para quem opta por estudar História e a História Medieval. Apesar de ser um fenômeno anterior à pandemia, considero que nos últimos anos o campo dos estudos antigos e medievais têm ganhado visibilidade e dizibilidade na Bahia, algo que se vê expresso especialmente na proposição de simpósios temáticos, congressos, palestras, conferências, minicursos, *lives* etc., tanto em eventos e grupos de pesquisa da área, como também aqueles inseridos estrategicamente em outros, cujas temáticas são mais gerais. Considero uma estratégia muito acertada, já que é preciso legitimar a áreas não somente no nível interno quanto no externo. Posso dar alguns exemplos que conheço de perto. É o caso dos Simpósios Temáticos e a criação do GT História Antiga e Medieval em 2022 no âmbito dos eventos da ANPUH-BA, ou mesmo a inserção de mesas com temáticas na área de História Antiga e História Medieval nas versões do Seminário de História Política da linha de pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região do PPGH-UFBA. Um outro exemplo é a formação da *Red Internacional Multidisciplinar en Estudios de Género* (UFBA), que nasceu de uma iniciativa comum e voluntária de pesquisadoras(es) que, promovida pela Universidade Nacional de Cuyo e apoiada pela Universidade Federal da Bahia e pela Universidade de Sevilha, dedicam-se aos estudos de gênero nas sociedades atuais e passadas, e em cuja análise multidisciplinar estão interessadas(os). Em geral, a rede proporciona espaços de reflexão, análise e divulgação de temas e problemáticas ligadas aos Estudos de Gênero, em diálogo polifônico com diferentes disciplinas e saberes, incluindo os relacionados com a História das Mulheres e dos feminismos, entre outros. Nesta área, a RIMEG¹ produz, reúne, organiza e sistematiza um manancial de conhecimentos específicos - como principal ativo das sociedades - numa rede internacional colaborativa, aberta, desburocratizada e autogerida pelos seus membros. Esse grupo visa estimular atividades de pesquisa, ensino e extensão, articulando os níveis locais, regionais, nacionais e internacionais em trono dessas áreas compatíveis aos Estudos de Gênero. Inclusive, o livro que organizei juntamente com as professoras Cristina Martínez Fraile (Universidad de Sevilla) e Gladys Lizabe (Universidad Nacional de Cuyo), intitulado *Géneros en red: mujeres, feminismos y masculinidades*, que será publicada pelo Editorial Dykinson (Madri), é um bom exemplo dessa colaboração. Essas

¹ <https://ffyl.uncuyo.edu.ar/presentacion>

e outras iniciativas realizadas nas universidades estaduais e federais na Bahia, e alhures, reverte-se de um cunho estratégico de criação de identidade da área e viabiliza que as(os) colegas de outras áreas, domínios e campos de conhecimentos saibam o que estamos fazendo, e de modo que percebam que o realizamos é parte da História e que temos algo a dizer sobre ela.

Bruno Casseb Pessoti: *Quais são as principais dificuldades que você identifica para os estudantes que desejam seguir na área dos estudos medievais, hoje, na Bahia?*

Marcelo Lima: Tenho uma visão mais realista crítica em relação ao tema das dificuldades enfrentadas pelo campo dos estudos medievais no Brasil e na Bahia. Como se sabe, há ainda dificuldades inerentes a quem opta por estudar Ciências Humanas e o campo da História: desvalorização do campo da História quando comparamos com outras áreas e disciplinas, a falta de políticas públicas institucionalizadas para ampliar o raio de ação da profissão, os descasos com a docência em um nível mais global, regional e local, incluindo os baixos salários, os problemas com as condições de trabalho, turmas lotadas, entre muitos outros fatores. Há a concorrência com esferas digitais de comunicação que também produzem saberes e práticas alternativas de conhecimento “historiográfico”, muitas delas obviamente negacionistas e revisionistas, prescindindo, por vezes, do conhecimento científico. Entretanto, há outros problemas inerentes aos estudos medievais em terras brasileiras. A falta de financiamentos para formação e aparelhamento material e técnico de laboratórios, a falta de acervos e bibliotecas, a ausência de especialistas com mestrado e doutorado, as dificuldades com as línguas clássicas ou estrangeiras (em especial, o latim, o grego, o chinês, o japonês, o inglês, o francês, o alemão, etc.), ao lado das dificuldades com os estudos paleográficos, somam-se à velada concorrência interna entre as áreas e aos questionamentos de se estudar aparentemente a História do colonizador no Brasil: a Europa. Por que estudar Idade Média no Brasil? Em parte, em função do desenvolvimento dos campos da História Global e da História Pública, tem se proposto um deslocamento de perspectiva que procura não somente construir uma História Medieval afroeuroasiática conectada, como também repensar de forma não eurocêntrica a própria Europa Ocidental Medieval. Ou seja, tem sido possível ver a Europa Ocidental medieval de uma maneira não eurocêntrica ou etnocêntrica. Para quem deseja seguir na área dos estudos medievais necessita de força redobrada, tanto em nível individual e coletivo, sem deixar de considerar essas dificuldades, porém precisa ressignificá-las, deslocá-las e transformá-las em potencialidade que renove a valorização da História como um campo legítimo e importante de reflexão (auto)crítica das sociedades remotas ou atuais.

Bruno Casseb Pessoti: *O LETHAM (Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo) completa oito anos agora em outubro. Ele é uma referência que extrapola as fronteiras da Bahia e agrega dezenas de pesquisadores ligados a diversas áreas do universo acadêmico. Como foi o processo de criação do LETHAM e quais são suas frentes de atuação?*

Marcelo Lima: O LETHAM tem uma história fundacional que dependeu da experiência com a formação do *Vivarium: Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo*. Este laboratório foi fundado em 2009 para a integração e promoção de pesquisas acadêmicas

sobre a História da Antiguidade e da Idade Média Ocidental. Inicialmente sediado na Universidade Federal do Mato Grosso, foi constituído pela reunião de professoras(es), pesquisadoras(es) e discentes de graduação e pós-graduação de diversas instituições de ensino superior. Ao completar três anos de existência, o *Vivarium* expandiu-se e, em 2012, passou a ser constituído por dois núcleos de pesquisa, funcionando em rede, sem seguir uma lógica centro-periferia: o Núcleo Centro-Oeste, sediado na Universidade Federal de Mato Grosso, e o Núcleo Nordeste, composto por docentes e discentes da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal de Alagoas, sede atual. Como celebração desse encontro de interesses, foi realizado *I Encontro Nacional Vivarium: olhares sobre a Antiguidade e o Medievo*.² Contudo, embora ainda faça parte como colaborador do Vivarium-UFMT, a partir de 2016, juntamente com o professor de filosofia medieval, Marco Aurélio Oliveira da Silva, vinculado ao Departamento de Filosofia e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da FFCH, fundamos o LETHAM, que é a sigla do *Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo*. Mas recentemente, a professora Roberta Magalhães Miquelant, também vinculada ao campo da filosofia medieval da mesma instituição integra a coordenação. O Departamento de História já contava com o grupo de pesquisa chamado CMAC (Cultura Material, Antiguidade e Cotidiano),³ coordenado pela professora Marina Regis Cavicchioli, mas a ideia do novo do laboratório é o de criar mais uma rede local, nacional e internacional de divulgação de conhecimentos, de integração e colaboração entre quem se interessa por essas temporalidades. A Antiguidade foi incorporada especialmente por causa das pesquisas de filosofia e das apropriações medievais do mundo greco-romano e judaico-cristão. O mesmo ocorreu com a incorporação de especialistas em História do Brasil-Colônia e da História das Religiões. Portanto, trata-se de um grupo interdisciplinar de pesquisa que foi certificado e registrado no Diretório do CNPq desde 5 outubro de 2016. Ele tem como principal iniciativa proporcionar a consolidação das pesquisas acadêmicas acerca dos estudos sobre a Antiguidade e o Medievo no estado da Bahia, obviamente sem deixar de articular-se com as investigações nacionais e internacionais. Esse grupo é constituído por profissionais das áreas de História, das Letras e da Filosofia e procura contribuir de alguma maneira para a formação qualificada de profissionais que sejam capazes de atuar no âmbito regional, assim como fortalecer as áreas de ensino, pesquisa e extensão na UFBA. O Laboratório desdobra-se basicamente em diversas linhas de pesquisa, abarcando profissionais e estudantes em diferentes fases de formação, seja na graduação, pós-graduação e egressas(os). Entre as linhas de pesquisas, temos: a) Paleografia, codicologia e edótica Latina; b) Produção, transmissão e edição de manuscritos latinos e vernáculos; c) Ensino de História, Filosofia, Línguas e Literaturas sobre a Antiguidade e o Medievo; d) Estudos de Gênero e Investigações Interdisciplinares sobre a Antiguidade e o Medievo; e) Estudos de gênero, sexualidades transgressoras e corpos dissidentes: aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos; f) Medievalísticas e medievalidades em suportes multimidiáticos; g) Estudos iconográficos e vida material na Antiguidade e no Medievo; h) Relação entre conhecimento e fé na Escolástica Latina; i) Desejo e Ética na Tradição Aristotélica; j) Lógica, Linguagem e Ciência na transição da Idade Média para a

² <https://iencontronacionalvivarium.blogspot.com/>

³ <https://www.youtube.com/@cmac-culturamaterialantigu1597>

Modernidade; l) Relações de poder, cultura e instituições na Antiguidade e Medievo; m) História Comparada das Religiões, Poder, Cultura e Instituições; n) Poder e Cultura nas regiões ibero-mediterrânicas e americanas o) Gênero e conexões afroeuroasiáticas na Antiguidade e no Medievo. Temos feito um trabalho coletivo que procura insistentemente romper com as balizas espaço-temporais muito rígidas e cronológicas do quadripartismo histórico (Chesneaux, 1995, p. 92-99). Como esse laboratório é interdisciplinar, integrando, talvez, mais medievalistas do que especialistas em antiquistas das áreas das Letras, da Filosofia e da História, como disse anteriormente, cada vez mais estamos interessados em não criar pontas ou exclusivismos temáticos e de escolhas espaço-temporais. Então, bem na lógica da rede de colaboração, temos feito eventos de todo tipo, desde os mais locais, passando pelos mais marcadamente regionais, até chegar a eventos nacionais e internacionais. Além dos eventos que citei no item anterior, posso mencionar casos mais antigos, com o evento da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), que ocorreu entre 02 a 04 de outubro de 2019, chamado *XIII Encontro Internacional de Estudos Medievais. Sobre Margens, Diversidades e Ensino*, evento esse apoiado pelos Programas de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPgLitCult), em Língua e Cultura (PPgLinC) e em História (PPGH), bem como a Cátedra Fidelino de Figueiredo da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.⁴ Um outro exemplo disso é um evento que ocorreu em agosto de 2020, e que se estender até novembro deste ano, chamado *I Ciclo Virtual de Idade Média no Nordeste*. Ele consistiu em um ciclo de palestras promovido por cinco grupos nordestinos de pesquisa: o Leitorado Antigo (Universidade de Pernambuco, campus de Nazaré da Mata), o LEOM (Laboratório de Estudos de Outros Medievos, na UFPE), o *Spatio Serti* (Universidade de Pernambuco, campus Petrolina), o Vivarium (UFAL) e o LETHAM (UFBA).⁵ O tema central do evento foi "*Por que estudar História Medieval no Brasil: globalização e apropriações*". Em grande medida, para evitar que falemos para nós mesmos, para evitar endogenia excessiva, o que se tem feito é integrar outras atividades que não tem nada a ver diretamente com a História Medieval em termos propriamente cronológicos, mas que são fundamentais e pertinentes para que não se estilize as abordagens historiográficas, segmentando-as, e para que se possa contribuir para outros campos de conhecimento. Para citar um outro exemplo, basta mencionar a programação do "*Teça insurgências: diálogos sobre gênero*",⁶ organizado pelo GT de Gênero, da ANPUH-BAHIA da qual faço parte, que objetivou ser um espaço para difusão e produção de conteúdos digitais em formato de *lives* sobre gênero, história, memória, ativismo e historiografia. E dentro desse espaço virtual, incluiu-se também palestras com temáticas ligadas ao medievo.⁷ A ideia é fazer um pouco de tudo, porque, como a Capes muda seus entendimentos de política pública para a pós-graduação, temos feito eventos acadêmicos e obras que possam se articular aos campos inseparáveis da pesquisa, do ensino e da extensão, procurando equacionar e equilibrar esse tripé. Como mencionei antes, o LETHAM possui diversos projetos de pesquisa individuais e coletivos, mas alguns deles atuam nesse tripé. O primeiro, mais recente, chama-se *Estudos de Gênero, História Comparada e Transmissão*

⁴ <http://www.xiiieiem.letras.ufba.br/>

⁵ <https://sites.ufpe.br/leom/2020/10/16/i-ciclo-virtual-de-idade-media-no-nordeste/>

⁶ <https://www.youtube.com/@gtestudosdegeneroehistoria5522>

⁷ <https://letham.ufba.br/eventos-realizados>

Textual em períodos não-modernos. E o segundo mais aberto é um projeto intitulado *A Idade Média em múltiplos suportes historiográficos e documentais: (re)pensando a aplicação dos Estudos Feministas, da História Social das Mulheres, da História das Masculinidades, dos Estudos Queers e dos Estudos de Gênero para períodos não-modernos.* É nessa interseccionalidade acadêmica que o laboratório tem tentado combinar discussões teórico-conceituais e metodológicas sobre esses campos de saber, discute o campo da história da historiografia ligado à medievística, e também abarca a análise de documentações medievais, procurando igualmente divulgar textos adaptados para os ensinos superior, médio e fundamental. Aqui vale uma propaganda do laboratório. Quem quiser conhecer mais e melhor nosso Laboratório, basta entrar no nosso site, (<https://letham.ufba.br/>) ou nas redes sociais do Instagram e Twitter. Estamos providenciando ainda nossa conta no Facebook, mas, no site oficial, todos e todas podem obter informações sobre: Quem Somos; As pesquisadoras e pesquisadores envolvidas(os), sobre os Textos Disponíveis, Vídeos (produzidos pelo LETHAM ou não), Publicações (Livros), com e-books gratuitos, Listas de Discussão, Projetos vigentes, Eventos Realizados, entre outras coisas. Destaco ainda uma seção do site chamada “Outros Endereços”. Nessa seção, há algumas dezenas de *links* que consideramos úteis sobre núcleos, laboratórios, grupos de pesquisa e homepages no Brasil e no exterior. Nessa seção também há *links* sobre arquivos, bibliotecas e documentos históricos em edições *online*. E não são poucos! Há também *links* de revistas especializadas em estudos sobre a Antiguidade e o Medievalo, sobre outras revistas de História e Historiografia, revistas sobre Estudos de Gênero, Estudos Feministas, História as Mulheres, História das Masculinidades e Estudos Queer, revistas de educação, glossários, dicionários, mapas, buscadores e repositórios bibliográficos de universidades do Brasil e do exterior. É um site em constante atualização que pretende ser mais um estímulo ao acesso qualificado de dados referentes aos campos de História Medieval e outras áreas historiográficas. Então, mesmo que não haja interesse direto pela Idade Média, a ideia é que o laboratório e o site sejam acessados permanentemente, servindo de veículo para divulgar o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias no campo da História, das Letras e da Filosofia Medievais ou não.

Bruno Casseb Pessoti: *Saindo das temáticas relacionadas às suas atividades enquanto medievalista, gostaria de falar sobre seu mandato como presidente da ANPUH-BA. Nós passamos por um período obscuro no último governo, um retrocesso assustador em todas as áreas, educação, meio ambiente, direitos humanos, saúde, seria impossível listar todas. Como foi estar à frente da ANPUH-BA diante das dificuldades decorrentes desse período aterrador?*

Marcelo Lima: Em primeiro lugar, vejo as tarefas institucionais e administrativas como inseparáveis das atividades intelectuais e acadêmicas. Por vezes, dada a quantidade de compromissos que assumimos, elas concorrem entre si, puxando-nos para lugares muito distintos, mas, ao fim e ao cabo, também criam, viabilizam e potencializam relações complementares. Como historiador, medievalista e professor de História, já faz alguns anos que me sinto muito confortável no âmbito da ANPUH-BA, porque a instituição me acolheu ao ponto de considerá-la também minha casa compartilhada com mais de 470 integrantes associados(as). Estou filiado à ANPUH desde 2007, mas atuei como parte de

gestões anteriores, exercendo funções distintas, desde 2014. Na gestão 2014-2016, fui primeiro secretário, em 2016-2018, exerci a função de secretário geral. Fui do Conselho Fiscal em 2020-2022 até me tornar presidente da Sessão Bahia na gestão de 2022-2024. Então, até certo ponto, as experiências precedentes me deixaram confortável com o ofício, pois, desde cedo, estava familiarizado com as demandas sociais, políticas e acadêmicas que cabiam à associação. Avaliando retrospectivamente, retomo parcela do que a Diretoria relatou em documento de gestão.⁸ Enquanto a anterior teve que enfrentar os difíceis desdobramentos da pandemia, não sendo possível a realização de eventos e reuniões presenciais, a gestão que se encerrou em julho de 2024 priorizou o apoio e organização de atividades presenciais, embora tenha mantido as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e a ampliação da comunicação nas redes sociais como uma das prioridades da divulgação de informações de interesse das(os) associados. Inegavelmente, as redes de comunicações se tornaram um veículo importante para o sucesso das ações da ANPUH-BA e seus GTs, servindo como espaço de divulgação e diálogo. E julho de 2024, por exemplo, tivemos uma ampliação considerável no número de seguidores das nossas postagens (em especial no Instagram), dando visibilidades as atividades dos associados(as), dos Grupos de Trabalho, da Diretoria e da ANPUH-Brasil. E isso também serviu ao combate aos negacionismos e revisionismos históricos e historiográficos. A gestão 2022-2024, que havia adotado o título da chapa *Tod@s Junt@s*, bem na linha que valorizava a diversidade e as diferenças, tinha diversos propósitos centrais. Entre eles, posso destacar: 1) Ampliar a consolidação da ANPUH, local, nacional e internacionalmente, como organismo de representação profissional da categoria dos *Historiador@s*; 2. Ampliar a visibilidade e as inserções sociais e institucionais da ANPUH na Bahia; 3. Promover a interlocução da ANPUH-BA com as administrações municipais – a partir da articulação com a União dos Municípios da Bahia –, com o Executivo, a partir de suas secretarias e com a Assembleia Legislativa da Bahia; 4. Promover a interiorização e a ampliação do número de associados à ANPUH; 5. Acompanhar, discutir, propor e intervir na formulação e implantação de políticas públicas na Bahia, em especial as voltadas para a seguridade do direito à História, Memória, Educação e Cultura; 6. Ampliar o diálogo e a promoção de ações conjuntas da ANPUH-BA com os movimentos sociais, instituições culturais e congêneres; 7. Ampliar a participação da ANPUH-BA nos fóruns de graduação e pós-graduação nacionais, valorizando a interdisciplinaridade, especialmente nas humanidades; 8. Promover e consolidar os fóruns estaduais de graduação e pós-graduação na Área de História; 9. Propor a formação de redes de cooperação entre os Programa de Pós-Graduação em História *stricto sensu* e *latu sensu* ofertados por IES Estaduais, Federais e Privadas; 10. Pleitear junto às secretarias estaduais e agências de fomento da Bahia, em articulação com o Fórum Baiano de Pró-Reitores de Pós-Graduação, a publicação de Editais de financiamento voltados para o fortalecimento do Ensino, Pesquisa e Extensão na Área de História; 11. Estimular o desenvolvimento de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão na Área de História nas redes de Educação Básica Públicas e Particulares; 12. Promover a criação de novos Grupos de Trabalho (GTs) e a consolidação dos existentes; 13. Apoiar eventos propostos pelos Grupos de Trabalhos da ANPUH-BA; 14. Defender o patrimônio histórico e cultural da Bahia, buscando apoio dos órgãos e entidades que atuem nessa área; 15. Registrar,

⁸ https://www.bahia.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2438

organizar e publicar a Revista de História da Bahia; 16. Captar recursos, por meio de financiamentos públicos e privados, para a publicação da Revista de História da Bahia; 17. Consolidar o processo de otimização dos recursos financeiros da Associação. Muitas dessas demandas foram relativamente alcançadas e outras permanecem um desafio para as futuras gestões. Ao fim de dois anos, considero que foi desafiador atuar em uma sessão importante como a ANPUH-BA, especialmente diante dos ataques ultraneoliberais ao campo da História e do ensino público, gratuito e de qualidade. Isso obviamente não é uma novidade da gestão da qual fiz parte, porém, reforçando as ações das gestões anteriores, vejo que a associação tem um papel importante na divulgação de conhecimento qualificado e produzido pelo campo historiográfico, pelas(os) associadas(es) e 14 (catorze) Grupos de Trabalho. E, ao mesmo tempo, reforça a necessidade de se ampliar ainda mais as redes de solidariedade político-acadêmica em diversas esferas sociais e institucionais do nosso estado. Isso fortalece a ideia de que a ANPUH-BA não é somente uma instituição promotora de eventos, mas, isto sim, um órgão capaz de criar, canalizar e potencializar a defesa das Ciências Humanas, em geral, e da História, em particular, contribuindo para combater a atomização do comportamento institucional que nos torna refém de arbitrariedades tanto de grupos neoliberais entreguistas, quanto os de extrema direita. A experiência de gestão democrática deixou ainda mais clara a necessidade de a associação combinar uma preocupação acadêmico-intelectual, de divulgação de pesquisa, sem prejuízo para a sua atuação social e política como instância (auto)crítica da sociedade, combatendo quaisquer formas de desigualdades, discriminações e hierarquias sociais. Considero que, juntamente com a Diretoria, um caminho importante seja contribuir para reforçar a atuação dos Grupos de Trabalho que podem agir em diversas áreas, pois os elementos que mencionou (educação, meio ambiente, direitos humanos, saúde, entre outros) são parte das esferas de atuação associativa da ANPUH-BA. Mas há muito o que fazer e percorrer, e o combate segue sendo muito importante.

Bruno Casseb Pessoti: *Gostaria que você falasse sobre as estratégias de enfrentamento desenvolvidas no âmbito da Seção Bahia da ANPUH e também sobre os desafios que aguardam a nova gestão. Que balanço você faz dessa experiência?*

Marcelo Lima: Inicialmente, gostaria de registrar meus agradecimentos pessoais e acadêmicos a gestão 2022-2024. A experiência não teria sido exitosa se não tivesse sido apoiado por pessoas que tem nomes e sobrenomes, tais como o vice-presidente, Flávio Gonçalves dos Santos (UESC), a secretária geral, Eliana Evangelista Batista (IFBA), a 1ª secretária, Edicarla dos Santos Marques (UEFS), a 2ª secretária, Maria das Graças de Andrade Leal (UNEB, Campus V), o 1º tesoureiro, Rafael Sancho Carvalho da Silva (UFOB) e 2º tesoureiro, Hamilton Rodrigues dos Santos (UNEB, Campus V). A convivência, as discussões e as decisões coletivas tomadas no âmbito da Diretoria constituíram uma oportunidade de aprendizagem, mas também de reforço dos laços de solidariedade diante de um mundo cheio de obstáculos. Sem eles e elas, não teria sido possível alcançar uma gestão que considero satisfatória. Avaliando, retrospectivamente, a gestão 2022-2024 conseguiu alcançar os objetivos 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14 e 17 da lista que pus anteriormente. Talvez, de forma mais qualitativa, pode-se dizer que ela deu continuidade à atuação das gestões anteriores e iniciou novas demandas resolvidas ou sugeridas para as pautas das ações da próxima gestão. Fazendo um balanço geral, posso

dizer que focamos na divulgação de eventos, encontros, simpósios, editais de concursos e processos seletivos para docentes, editais para propostas de dossiês, chamadas de artigo para publicação em revistas eletrônicas, lançamentos de livros, cursos e minicursos, mesas, palestras, seminários; divulgação das atividades específicas dos GTs e laboratórios de estudos e ensino de História, dos cursos de graduação de História, dos cursos de pós-graduação de História, especializações na área de História. Sem dúvida, isso cumpriu um papel importante para que o público associado ou interessado nos temas históricos e historiográficos pudessem acompanhar discussões qualificadas. A gestão também participou em comissões organizadoras de eventos de alguns GTs (em especial nos GTs de História Antiga e Medieval, Estudos de Gênero e História e Ensino de História e Educação). Esse envolvimento mais direto tem relação com os objetivos da chapa desde o início da gestão e tinha como propósito fortalecer os GTs. Reforçando a atuação sócio-política da ANPUH-BA, elaboramos ou apoiamos numerosas notas de solidariedade e repúdio em apoio a questões variadas. Construiu-se interlocuções com a Fundação Pedro Calmon, com Fórum Nacional em Defesa do Patrimônio - Seção Bahia, mantendo uma representação nas atividades e discussões sobre a política de preservação patrimonial e cultural do estado, como também sobre o problema do leilão do APEB, bem como participou-se no Conselho Consultivo da ANPUH-Brasil, não somente nas atividades presenciais na USP, como também nas discussões e decisões mediadas pelas redes sociais. Por fim, depois de discussões e ajustes no projeto, fundou-se Revista Baiana de História. Embora a Diretoria tenha mantido suas atividades em pleno dinamismo, ainda há outros desafios para as próximas gestões, GTs e associadas(os) quando se leva em conta os questões que foram aventados pela chapa. Chamo a atenção especialmente para cinco itens que precisarão de atenção nas próximas gestões. A primeira se refere à organização da Revista Baiana de História, tema que foi discutido durante o primeiro semestre de 2024 e pautado na última Assembleia da ANPUH-BA, quando foi apreciado o projeto elaborado pela gestão. As gestões posteriores enfrentarão o desafio de pô-la em funcionamento pelo sistema OJS da Universidade Estadual de Santa Cruz. Essa iniciativa constitui uma conquista da associação aventada faz anos e será um espaço de interlocução e visibilidade da produção elaborada *na e a partir da* historiografia baiana, sem deixar de lado as interações teóricas, metodológicas e epistemológicas de alhures. Em segundo lugar, ressalto os desafios correlacionados com a ampliação da participação da ANPUH-BA nos fóruns de graduação e pós-graduação nacionais, valorizando a interdisciplinaridade, especialmente nas humanidades e do campo da História. Diferente da gestão anterior, isso foi pouco contemplado e, de fato, precisa ser um elemento norteador, já que são espaços institucionais de pressão social e política em prol de políticas públicas efetivamente democráticas e inclusivas. Em terceiro lugar, há a necessidade de se pleitear junto às secretarias estaduais e agências de fomento da Bahia, em articulação com o Fórum Baiano de Pró-Reitores de Pós-Graduação, a publicação de editais de financiamento voltados para o fortalecimento do Ensino, Pesquisa e Extensão na Área de História, levando em conta a diversidade de domínios e campos. Isso vale, inclusive, para o esforço de as seções regionais e seus(as) associados(as) solicitarem assentos participativos nos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação na Bahia, onde ocorre decisões que alteram a vida acadêmica e escolar. Em quarto lugar, as próximas gestões possuem outro desafio de organizar o Memorial Virtual da ANPUH-BA, que foi parcialmente cumprido com a digitalização do acervo da associação, o que, além de valorizar a identidade institucional, possui uma dimensão estratégica para investigações da história da ANPUH e da ANPUH-BA. Por fim, mais não menos importante, e levando em conta a importância das redes sociais, as próximas gestões

necessitarão formar um plano mais sistemático de comunicação da Diretoria da ANPUH-BA, profissionalizando as formas de articulação entre associados(as), GTs e o público interessado. Mas do que adaptar-se ao mundo digital e virtual, a ideia é interferir minimamente nesse processo que tem implicado em mudanças significativas na maneira como as pessoas lidam com o espaço-tempo histórico e historiográfico. Portanto, em geral, o balanço que faço da gestão da qual fiz parte é positivo, embora haja muitos outros velhos e novos enfrentamentos.

Bruno Casseb Pessoti: *Para finalizar, o que você diria para os estudantes que ainda ensaiam seus primeiros passos e já pensam em seguir a senda dos estudos e pesquisas relacionados à Idade Média?*

Marcelo Lima: Não queria reproduzir aqui acriticamente o adágio de que “se você quer muito alguma coisa, bastaria fazer acontecer”. Essa frase carece de realismo crítico e esconde um certo elitismo individualista, porque estudar no Brasil não é tarefa fácil para numerosas pessoas, especialmente em função das limitações institucionais e materiais que as universidades públicas enfrentam com o avanço do neoliberalismo e da mercantilização da vida. Sobretudo no campo das Ciências Humanas, embora não exclusivamente nelas, as(os) discentes enfrentam diariamente limitações com o acesso à saúde, transporte e alimentação de qualidade, sem contar com a falta de tempo e espaço adequados para estudar. Muitas(os) trabalham e estudam, sendo puxados para lugares distintos e concorrentes na sua formação intelectual e profissional. Para aprender História Medieval de forma consistente, iria dizer que bastaria dedicar-se ao estudo da paleografia, de línguas clássicas e estrangeiras, reservar mais tempo para ler a bibliografia especializada e habituar-se com metodologias voltadas para pesquisas documentais, fazer parte de grupos de investigação existentes, que funcionam como catalizadores da formação acadêmica etc. Sem dúvida, tudo isso tem muita importância. Mas entre a vontade individual e o campo de possibilidades ofertado pelas políticas públicas, há hiatos incômodos que precisam ser denunciados e preenchidos. Entre muitos obstáculos, que restringem o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da História e da História Medieval, identifiquei um outro de caráter mais epistemológico, mas que possui implicações sociais, acadêmicas, institucionais, culturais e políticas. Trata-se da naturalização dos binarismos na forma como se produz e se experimenta os conhecimentos. Sempre que posso, tenho citado uma reflexão do professor Helyom Viana da Silva Telles, do Instituto Federal da Bahia, do Campus Catú, no interior da Bahia. Ele me marcou muito quando assisti uma conferência intitulada “*Muito mais que um verniz histórico: jogos digitais e empatia histórica*”, proferida na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Cito esse professor também em homenagem ao interior da Bahia e ao meu entrevistador. Na ocasião do *I Webinar. História em Diálogo. Ensino e Pesquisa*, em 2020, Helyom Viana destacou que precisamos romper com algumas dicotomias persistentes dentro e fora dos ensinos superior, secundário e primário. Ou seja, é fundamental desconstruir algumas polarizações como a escolha entre estar na área de ensino de história ou de pesquisa acadêmica, entre formação de docentes ou formação de pesquisadoras(es), entre cursos voltados para a educação e cursos de mestrado/doutorado que não se preocupam com o ensino de história, entre escola e academia, algo que, indubitavelmente, segundo o próprio Helyom, fragiliza o conhecimento histórico como

um todo (VIANA, 2018; 2020). Tenho identificado outras dicotomias incômodas entre conhecimento e lazer, entre afetividade e cognição, entre investigar o que se deseja e gera prazer e o que é necessário pesquisar, ou mesmo as dicotomias entre o que é real e o que é fictício, entre subjetividade e objetividade, entre utilidade e inutilidade, excelência e insuficiência, empatia ou antipatia, afetividade e frialdade, exótico e familiar, entre passado e presente, entre o rigor historiográfico e o anacronismo. Em grande medida, auxiliar as(os) alunos e alunas a romperem com essas dimensões dimórficas, essencializadas ou absolutizados, talvez, ajude na incorporação dos estudos medievais como campo de pesquisa legítima para se (re)pensar continuamente o mundo ao redor e seus diálogos comparativos com outras temporalidades. Desenvolver a consciência histórica e historiográfica (auto)crítica e empática aos problemas humanos precisa ser umas das principais chaves para abrir portas e janelas de uma vida melhor, sem desigualdades e discriminações que causam tanto sofrimento. É claro que isso precisa vir acompanhado por investimentos maciços em políticas públicas bem geridas para ajudar a romper com as desigualdades raciais, de classe e gênero no acesso e permanência na universidade. De todas as formas, no lugar de se identificar a universidade com o campo da “teoria” e da “pesquisa, entendidas como um espaço-tempo institucional isolado, como o topo hierárquico da carreira ou como um lugar estático e estranho à sociedade, quiçá, somente quiçá, se possa entendê-la como um espaço de movimentos, entrecruzamentos, de encruzilhadas, para usar uma metáfora não-cristã, entre o chão da universidade, o chão da escola e as estradas da vida.

Bibliografia

- ARÓSTEGUI, J. **La renovación contemporánea de la historiografía**. In: _____. **La investigación histórica: teoría y método**. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1997.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: Romano, R. (Dir.) **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.
- BLOCH, H. R. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- BOLTON, B. **A Reforma na Idade Média: século XII**. Lisboa: Ed. 70, 1983.
- _____. **Innocent III; Studies on Papal Authority and Pastoral Care** (Collected Studies, 490), 1995.
- BOLTON, B. *et al.* **Pope Innocent III and his World**. Sydney: Hofstra University, 1999.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRENNER, A. **De Êxodo a Deuteronômio: a partir de uma leitura de gênero**. São Paulo: Paulinas, 2000.
- BROOKE, C. **O casamento na Idade Média**. Portugal: Publicações Europa-América, 1989.

BROWN, P. **Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BURGUIÈRE, A. et al. **História da família. Tempos medievais: Ocidente, Oriente**. Lisboa: Terramar, 1997. v.2.

BURKE, P. **O Mundo como teatro: estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992.

BURKE, P. **A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1991.

BURKE, P., PORTER, R. **Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem**. São Paulo: Unesp, 1993.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. In: _____. **Cadernos Pagu**, n. 11, 1998, p. 11-42.

CAMPOS, D. L. A invenção do direito matrimonial: a institucionalização do casamento. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v. 62, 1995.

CARDOSO, C. F. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papyrus, 1997.

CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (Org.) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, M.M.C., HANSEN, J. Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier. **Varia História**, n. 16. s/d.

CASEY, J. **A História da Família**. São Paulo: Ática, 1992.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. Literatura e História. **Topoi**. Rio de Janeiro, n.1, 2000.

_____. Textos, símbolos e o espírito francês. **História: Questões & Debates**. v.13, n. 24, jul./dez. 1996.

_____. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos históricos**, n. 16, s/d.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.

_____. **El mundo como representación: estudios sobre Historia Cultural**. Barcelona: Gedisa, 1992.

_____. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

- CHESNEAUX, Jean. As armadilhas do quadripartismo histórico. In _____. **Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores**. São Paulo: Ática, 1995, p. 92-99.
- CHEVALIER, J., GEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1991.
- CONGAR, Y. **A Igreja e o papado**. São Paulo: Loyola, 1997.
- CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013
- CÓRDOBA DE LA LLAVE, R. (org.). **Mujer, Marginación y violencia: entre la Edad Media y los tiempos modernos**. Córdoba: UCOPress, Editorial Universidad de Córdoba, 2006.
- CÓRDOBA DE LA LLAVE, R. Adulterio, sexo y violencia en la Castilla medieval, **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie IV, 1-i. Moderna, 7, 153-184, 1994.
- CÓRDOBA DE LA LLAVE, R. **El homicidio en Andalucía a fines de la Edad Media**. Granada: Universidade de Granada, Universidade de Córdoba, Ayuntamiento de Durango, 2007.
- DALARUN, J. **Amor e Celibato na Igreja Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- DANGLER, J. La teoría queer y la Iberia no-moderna. **Lectora**, n. 17, p. 15-23, 2011.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DEMÉTRIO, Fran; BENSUSAN, Hilan N. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. **Revista do Ceam**, Brasília, v. 5, n. 1, jan./jul. 2019.
- DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.
- DOSSE, F. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1992.
- DUBY, G. **O Cavaleiro, mulher e o padre**. Lisboa: Don Quixote, 1988.
- _____. **Damas do século XII: a lembrança das ancestrais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- _____. **Heloísa, Isolda e outras damas no século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Women of twelfth century**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

_____. **Idade Média Idade dos Homens: do amor e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUBY, G. (Org.). **História da vida privada - da Europa feudal à Renascença.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. v. 2.

DUBY, G., PERROT, M. (Org.). **Historia de las mujeres en Occidente. La Edad Media: la mujer en la familia y en la sociedad.** Madrid: Taurus, 1992. v. 3.

DUFFY, E. **Santos e pecadores: história dos papas.** São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

ELIADE, M. **O Sagrado e o profano: a essência das religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador. (vol.1 e 2).** Rio de Janeiro. Zahar, 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro, Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Graal 1986.

GAUDEMET, J. Contribución al estudio de la ley en la doctrina del siglo XII. **Ius canonicum. Revista de la Facultad de Derecho Canonico de la Universidad de Navarra,** Pamplona, v.7, p. 41-63, 1967.

GAUDEMET, J. O milagre romano. In: **Os homens e a herança no Mediterrâneo.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Difel, 1991.

_____. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, J. **História e memória.** São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.

GOODY, J. **La evolución de la familia y del matrimonio en Europa.** Barcelona: Herder, 1986.

GURVITCH, G. **Vocation actuelle de la sociologie; vers une sociologie différentielle.** Paris: PUF, 1963.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feministas. **Revista Estudos Feministas.** Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-32, 1993.

JARDIM, A. **Música: vigência do pensar poético**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da UFRJ, 1997.

JORDAN, Mark D. **La invención de la sodomía en la teología Cristiana**. Barcelona: Laertes, 2002.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. **History and Theory** 42: 39-44, feb. 2003.

LACAPRA, D. Chartier, Darnton e o grande massacre do símbolo. **Pós História**, Assis, v. 3, 1995.

LACARRA LANZ, E. El peor enemigo es el enemigo en casa. Violencia de género en la literatura medieval. **Clio & Crimen**, 5, 228-266, 2008.

LACARRA LANZ, E. Representaciones de homoerotismo feminino en algunos textos literários medievales. **Estudios humanísticos**. Filología, n. 32, p. 81-103, 2010.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 13-150 (Da linguagem e da carne; Destino é anatomia; Nova ciência, uma única carne).

LIMA, M. P. Gênero e sexualidades desbaratadas em dois Concílios Altomedievais: um primeiro ensaio de leitura histórica comparada (Braga II e Toletto IV), **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 25-60, set. 2016.

LIMA, M. P.; FRAZÃO, A. C. L. Reforma papal, a continência e o celibato eclesiástico: considerações sobre as práticas legislativas do pontificado de Inocência III (1198-1216). **História: Questões e Debates. Instituições e poder no medievo**, Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da UFPR/Editora da UFPR, (37), jul-dez 2002, p. 85-110.

LINEHAN, P. **La Iglesia Española y el Papado en el siglo XIII**. Salamanca: Universidad Pontificia, 1975.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. (Cap. 1: A emergência do “gênero” e Cap.2: Gênero, sexualidade e poder).

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, v. 2, p. 541-553, 2001.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter et. al. **Gênero y descolonialidad**. 2a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.

MACEDO, J. R. Transgressão social e Mutilação Ritual nos *fabliaux* (*séc. XIII*). In: MALEVAL, M. A. T. (Org.). **Atualizações da Idade Média**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, 11, 1998, p. 107-125.

MÉRIDA JIMÉNEZ, R. M. Teorías presentes, amores medievales. En torno al estudio del homoerotismo en las culturas del Medioevo occidental. **Revista de poética medieval**, n. 4, p. 51-98, 2000.

MIATELLO, André Luis Pereira. A História Medieval na graduação em História: da pesquisa à Docência, **Revista Chilena de Estudios Medievales**, Número 11, enero - junio 2017, 68-90.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Transfeminismo negro: tensionando interseccionalidades. BOAKARI, Francis Musa; SILVA, Francilene Brito da; BATISTA, Ilanna Brenda Mendes. **Políticas Públicas e Diversidade. Quem precisa de Identidade?** Teresina: EdUFPI, 2020, p. 130-141.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2000.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 27-68.

_____. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PENNINGTON, K. Innocent III and the *Ius commune*. In: **Catholic Encyclopedia On Line**. Disponível na INTERNET via <http://classes.maxwell.syr.edu/his311/InnocentIus.com.htm> Innocentus.com. Arquivo consultado em 2001.

_____. **Roman and Secular Law in the Middle Ages**. In: **Catholic Encyclopedia On Line**. Disponível na INTERNET via <http://www.maxwell.syr.edu/maxpages/classes/his381/histlaw.htm>. Arquivo consultado em 2001.

_____. **The legal Education of Pope Innocent III**. Disponível na INTERNET via www.maxwell.syr.edu/MAXPAGES/faculty/penningk/LegalEduInnoc.htm. Arquivo consultado em 2001.

PILOSU, M. **A mulher, a luxúria e a Igreja**. Lisboa: Estampa, 1995.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, (Org.) **História das mulheres no Brasil**, p. 578-606.

RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REVEL, J. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICHARDS, J. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RIEDEL, D. C. (Org.). **Narrativa: ficção & história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

ROBIN, R. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

- RODRIGUES, J. C. **O Corpo na História**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 1999.
- SAFFIOTI*, Heleieth; ALMEIDA, Suely S. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, p. 1-27.
- SALIBA, E. T. Perspectivas para uma história cultural. **Diálogos**, n. 1, 1997.
- SANTOS, R. C. **Para uma teoria da interpretação: semiologia, literatura e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SAYERS, Jane E. **Innocent III: leader of Europe, 1198-1216**. London and New York: Longman, 1994.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- SILVA, A. C. L. F. A Reforma Gregoriana e o Bispado de Santiago de Compostela segundo a **História Compostelana**. **Anuario brasileño de estudios hispánicos**, v. 10, 2000.
- SILVA, A. C. L. F. SILVA, L. R. (Org.) **Semana de Estudos Medievais, 4, Rio de Janeiro, 14 a 18 de maio de 2001**. *Atas...* Rio de Janeiro: Programa de Estudos Medievais, 2001.
- SILVA, Z. L. (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995.
- SILVEIRA, M. C. **Amor e poder: o casamento de Urraca e Alfonso**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS. UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.
- SILVEIRA, M. C. **Amor e poder: o casamento de Urraca e Alfonso**. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS, UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.
- SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, pp. 281-300, 2007.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, jun. 1991, pp.101-117.
- STONE, M. **Marriage and Friendship in Medieval Spain: social relations according to the Fourth Partida of Afonso X** (American University Studies, Series II Rom). June: [s.n.], 1990.
- TELLES, Helyom Viana da Silva. **Empatia histórica e jogos digitais: uma proposta para o ensino de história** (Dissertação de Mestrado). Salvador: UNEB, 2018.
- TELLES, Helyom Viana da Silva. **Muito Mais que um verniz histórico: Jogos Digitais e Empatia Histórica**. Mesa 09: A história em jogos digitais: representações e simulações do passado (I Webinar. História em Diálogo. Ensino e Pesquisa 2020,

UFOB). Disponible en Internet a través de:
<<https://www.youtube.com/watch?v=ur4azB6dVN8>>. Consultado el 18 de junio de 2021.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 29-62.

VAINFAS, R. **O Igreja e o Papado**. São Paulo: Loyola, 1997.

VAINFAS, R. **Casamento, Amor e Desejo no ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1992

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 63-84.

VAUCHEZ, A. **A espiritualidade na Idade Média: séculos VIII a XIII**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

VERGER, J. **Homens e Saber na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 1999.

VERGER, J. **As Universidades Medievais**. São Paulo: UNESP, 1990.

WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Unesp, 1994.

Informações dos autores

Bruno Casseb Pessoti. Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Doutorando em História pelo PPGH-UFBA.

Contribuição de autoria: autor.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6173640554714465>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

PESSOTI, BRUNO CASSEB. Marcelo Pereira Lima e os estudos medievais na Bahia. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité**, vol. 7, n. 13, 2024, p. 269 - 293.